

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf EDSON AITA

O INTERESSE DO ESTADO BRASILEIRO NA CONSTRUÇÃO
DE UMA IDENTIDADE DE DEFESA SUL-AMERICANA



Rio de Janeiro
2023

Cel Inf EDSON AITA

**O interesse do Estado brasileiro na construção de uma
identidade de defesa sul-americana**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Cav LEANDRO MENDES DA COSTA

Rio de Janeiro
2023

A311i Aita, Edson

O interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana. / Edson Aita. —2023.

46 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Leandro Mendes da Costa.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 41

1. América do Sul. 2. Defesa. 3. Identidade de Defesa. I. Título.

CDD 355

Cel Inf EDSON AITA

O interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de 2023.

COMISSÃO AVALIADORA

LEANDRO MENDES DA COSTA – Cel Cav - Presidente
Escola de comando e Estado-Maior do Exército

JOÃO LUIZ DE ARAÚJO LAMPERT – Cel Inf - Membro
Escola de comando e Estado-Maior do Exército

JOÃO MARCOS DRUMOND MOUTINHO – Cel Com - Membro
Escola de comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Karen Aita, todo o meu carinho, admiração e gratidão pelo apoio e compreensão.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar o interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana, haja vista as ameaças que rondam a região e o retorno de governos na América do Sul que, no passado, instituíram organismos regionais com essa finalidade, como foi caso do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Para tanto, o trabalho foi estruturado em 7 (sete) capítulos. Na introdução foi realizada uma ambientação geral do tema de estudo e foram apresentados o problema de pesquisa e o objetivo geral. Após o capítulo metodológico, o capítulo 3 analisou as ameaças existentes na região, com destaque para o aumento da presença e da influência de potências extrarregionais em busca das riquezas existentes na área. O capítulo seguinte tratou sobre o interesse do Brasil na integração dos países sul-americanos, mostrando que desde o Barão de Rio Branco, o país sempre dedicou especial atenção à América do Sul, ainda que entremeada por interesses governamentais ou ideológicos. O capítulo 5 teve por objetivo descrever as iniciativas brasileiras no campo da Defesa em relação ao seu entorno estratégico, à luz da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). O Capítulo 6 abordou a construção de uma identidade de defesa sul-americana, buscando destacar o papel e a importância do Brasil nesse complexo processo. Por fim, como conclusão foi verificado que o Brasil possui reais intenções nessa direção, porém ainda com pouca efetividade. Suas intenções se justificam pelas reais ameaças presentes no subcontinente e se materializam pelas estratégias presentes nos documentos de defesa. Entretanto, ainda resta ao país tomar uma postura mais efetiva para a concretização de suas pretensões.

Palavras-Chave: América do Sul; Defesa; Identidade de Defesa.

ABSTRACT

The present Policy Paper aimed to verify the interest of the Brazilian State in the construction of a South American defense identity, given the threats that surround the region and the return of governments in South America whose instituted regional bodies with this purpose in the past, as was the case of the South American Defense Council (CDS). Therefore, the work was structured in 7 (seven) chapters. In the introduction, an overview about the subject of study, the research's problem and the general objective were presented. After the methodological chapter, the chapter 3 analyzed the existing threats in the region, highlighting the increased presence and influence of extra-regional power nations in the area. The next chapter dealt with Brazil's interest in the integration of South American countries, showing that since the Chancellor Barão do Rio Branco, the country has always paid special attention to South America, even if interspersed with governmental or ideological interests. Chapter 5 aimed to describe Brazilian initiatives in the field of Defense in relation to its strategic environment, in the light of the National Defense Policy (PND), the National Defense Strategy (END) and the National Defense White Paper (LBDN). Chapter 6 addressed the construction of a South American defense identity, seeking to highlight the role and importance of Brazil in this complex process. Finally, as a conclusion, it was verified that Brazil has real intentions in this direction, but still with little effectiveness. Their intentions are justified by the real threats present in the subcontinent and are materialized by the strategies present in the defense documents. However, it still remains for the country to take a more effective stance towards the realization of its pretensions.

Keywords: South America; Defense; Defense Identity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - OND, ED e AED relacionados com a Diplomacia de Defesa para a AS...	31
Quadro 2 - Ameaças e Oportunidades para a América do Sul.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arcos da estabilidade e da instabilidade na América do Sul	20
Figura 2 – Pan-Amazônia	21
Figura 3 - Linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre	33

LISTA E SIGLAS DE ABREVIATURAS

AED	Ações Estratégicas de Defesa
AS	América do Sul
BID	Base Industrial de Defesa
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CEEEEx	Centro de Estudos Estratégicos do Exército
COT	Crime Organizado Transnacional
CPEAEX	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
CRS SA	Comunidade Regional de Segurança Sul-Americana
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégia de Defesa
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
PEB	Política Externa Brasileira
PCC	Primeiro Comando da Capital
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUL	Foro para o Progresso e Integração da América do Sul
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.3 HIPÓTESE.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	13
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	13
2 METODOLOGIA	14
2.1 TIPO DE PESQUISA	14
2.2 COLETA DE DADOS.....	15
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	15
2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	16
3 AS AMEAÇAS EXISTENTES NA REGIÃO	16
4 O INTERESSE BRASILEIRO NA INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS	23
5 A DIPLOMACIA DE DEFESA DO BRASIL PARA A AMÉRICA DO SUL	28
6 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE DEFESA SUL-AMERICANA	33
7 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A região sul-americana tem se diferenciado no sistema global por apresentar baixa incidência de tensões ou crises entre Estados, além de ser uma das regiões do planeta livre de armas de destruição em massa.

Por outro lado, o interesse internacional pelos recursos estratégicos e pelas riquezas naturais e minerais dos países sul-americanos, bem como pelos seus extensos territórios produtivos, tem sido bastante debatido no meio acadêmico e discutido em fóruns internacionais. Além disso, documentos de Defesa, como a Política Nacional de Defesa (PND), e cenários traçados pelo Exército Brasileiro (EB) também apontam para essa realidade. (BRASIL, 2020b, BRASIL, 2023)

No passado recente, visando assegurar uma zona de paz e de segurança e uma maior cooperação entre os países sul-americanos, foi instituída, em maio de 2008, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), com objetivos bastante ambiciosos, formada por 12 países da América do Sul.

Ainda no final daquele ano, por iniciativa brasileira, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que tinha entre seus objetivos gerais a construção de uma identidade de defesa regional, a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa e a integração das bases industriais de defesa (CDS, 2008). Entretanto, apesar dos avanços alcançados por ambas as organizações, elas acabaram perdendo força a partir do ano de 2017, haja vista o desalinhamento político entre seus membros.

Na época em que as duas instituições foram criadas, a maioria dos países sul-americanos era governada por políticos de espectro ideológico de centro e de centro-esquerda, o que acabou sendo alterado por volta de 2018, quando governos de centro-direita passaram a ditar o ritmo dos países da região.

No início do ano de 2019, foi implementado o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), constituído, em um primeiro momento, por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Paraguai. Buscava ser um novo espaço de diálogo regional para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, tendo como um dos seus grupos de trabalho a área da defesa. Entretanto, por falta de motivação política, o PROSUL não evoluiu como se esperava.

Apesar das experiências históricas comuns e dos desafios semelhantes em todos os países, os interesses ideológicos parecem ser o maior obstáculo para o avanço de mecanismos de cooperação em defesa no subcontinente.

Partindo-se da premissa de que há ameaças externas que podem colocar em risco a defesa e segurança da América do Sul, bem como da existência de mazelas internas comuns a todos os entes regionais, seria primordial que os problemas fossem resolvidos conjuntamente pelos países da região, de forma diplomática ou pelo emprego combinado das Forças, o que dependeria da ameaça, do espaço geográfico, dos meios disponíveis para o enfrentamento e de decisão política.

O Brasil, como maior potência econômica, política e militar do subcontinente tem papel preponderante nesse processo e, caso haja interesse político, econômico e militar do Estado, deverá liderar esse projeto.

Interessante notar que a Política Nacional de Defesa, atualizada no ano de 2020, reafirma que a América do Sul é área de interesse prioritário do Brasil. “Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, [...]” (BRASIL, 2020b, p.11).

Em abril de 2023, o Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva promulgou o Tratado Constitutivo da UNASUL, colocando o país de volta ao grupo criado em maio de 2008. Assim, é possível que a UNASUL e o CDS sejam reanimados e que se foque, novamente, na criação de uma identidade de defesa sul-americana, buscando defender a região dos interesses externos e a solução conjunta de problemas internos comuns.

1.1 O PROBLEMA

A PND, ao analisar o ambiente internacional, destaca que há uma maior demanda global por recursos naturais, já bastante escassos em países desenvolvidos, e chama a atenção para o fato de que “(...) não se pode negligenciar a intensificação de disputas por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de água doce, de alimentos, de recursos minerais, de biodiversidade e de energia”. Observa, ainda, que “Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas.” (BRASIL, 2020b, p. 17)

Além das ameaças externas que rondam a América do Sul, tem se multiplicado na região as chamadas novas ameaças, que tendem a ser difusas, híbridas, incertas, imprevisíveis, não estatais, informais e em grande medida transfronteiriças, como o narcotráfico, o crime organizado, as facções criminosas e o terrorismo. Dada a complexidade e a permeabilidade dessas ameaças, parece haver consenso, ao menos nos discursos, de que os países somente resolverão estes problemas por meio da união de esforços e convergência de ações e respostas.

O Brasil é o maior e mais importante ator dessa região, possuindo um território de cerca de 8.5 milhões de km², dos quais em torno de 58% é ocupado pela Amazônia Legal¹, uma vasta área oceânica, com 5,7 milhões de km², um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão e, ainda, mais de 17.000 km de fronteira terrestre e limites com: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além da Guiana Francesa. Além disso, é o quinto maior país em extensão territorial do globo, estando entre os dez países mais populosos e coloca-se entre as maiores economias do planeta.

Assim, parece ser razoável acreditar que o Brasil seja o maior interessado pela harmonia regional e que uma maior integração no campo da defesa com as nações do seu entorno estratégico lhe seria favorável. Dessa forma, surge o problema do presente trabalho:

- Em que medida há interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana?

1.2 OBJETIVOS

No sentido da resolução do problema de estudo, com fundamentação teórica e adequada profundidade de investigação, um **objetivo geral** foi definido:

Apontar o interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana.

De modo a viabilizar a sua consecução e a encadear logicamente o raciocínio descritivo deste estudo, foram formulados os seguintes **objetivos específicos**:

- a. Identificar as ameaças existentes na região.

¹ Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em 01 Abr 23.

- b. Identificar os avanços da diplomacia militar do Brasil na América do Sul.
- c. Identificar o interesse brasileiro na integração dos países sul-americanos.
- d. Identificar o interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa entre os países do subcontinente.

1.3 HIPÓTESE

Pautado no contexto introdutório descrito e no problema apresentado, formulou-se a seguinte **hipótese** de estudo:

- Há interesse do Brasil na construção de uma identidade de defesa regional na América do Sul.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para este trabalho, identidade de defesa deve ser compreendida como: a adoção, na região sul-americana, de medidas para a consolidação da confiança mútua na área de defesa; a execução conjunta de projetos de defesa e segurança, visando, entre outros, ao desenvolvimento tecnológico e industrial; o incremento de estratégias para a solução de problemas comuns; e o emprego de medidas convergentes para a mitigação das ameaças externas.

Abdul-Hak (2013) observa que a perspectiva de construção de uma identidade de defesa sul-americana faz com que ocorra o adensamento de uma reflexão regional sobre temas estratégicos e militares. Dessa forma, a agenda de paz e segurança regional não estaria mais sujeita predominantemente a conceitos e propostas de ações alheias à realidade local.

Com isso, serão discutidos aspectos sobre política externa, segurança e defesa, relações internacionais, integração sul-americana e ciências militares.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Os temas integração militar, segurança e defesa regional, e identidade de defesa se inserem no âmbito das Ciências Militares. São atuais e possuem aplicabilidade prática no momento corrente, sendo que fazem parte das diretrizes impostas pela

Política Nacional de Defesa brasileira, editada no ano de 2020, assim como aparecem nos cenários traçados pelo Ministério da Defesa e pelo Exército Brasileiro.

Por meio deste trabalho, se pretende apresentar subsídios para concluir a respeito das vantagens ou não de o Brasil dedicar esforço político e militar para a construção de uma identidade de defesa regional, buscando maior integração nessa área, interoperabilidade, avanço da indústria de defesa, maior segurança contra investidas externas e mitigação conjunta de problemas internos que afetam a todos os países.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo buscar-se-á detalhar o caminho percorrido no trabalho para a solução do problema de pesquisa e para atender aos objetivos propostos.

2.1 TIPO DE PESQUISA

No que concerne à padronização e à abordagem, o presente estudo utilizou a metodologia de abordagem **qualitativa**, contemplando a subjetividade, por meio da análise de documentos sem uma mensuração estatística dos dados estudados.

Segundo Medeiros Filho (2010), os métodos qualitativos são especialmente adequados para a apreensão da complexidade dos fenômenos sociais, que é o caso do presente estudo. Da mesma forma, Creswell (2014) apresenta uma definição para a abordagem qualitativa, destacando a importância da interação entre a lente interpretativa do pesquisador, suas fontes de pesquisa e a realidade que os cercam.

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar este problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados de um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança (Creswell, 2014, p. 49-50).

Quanto à finalidade, esta pesquisa se define como **exploratória**, uma vez que se busca explicitar os possíveis interesses do Estado brasileiro na formação de uma

identidade de defesa sul-americana. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Nesse sentido, deve-se considerar que a leitura e compreensão das fontes de pesquisa e a respectiva construção da realidade por parte do autor fará com que o leitor conheça, de forma efetiva, um novo ponto de vista do objeto em questão (FLICK, 2009).

2.2 COLETA DE DADOS

Visando a confecção do referencial teórico, buscou-se fontes de informação, primárias e secundárias, na literatura impressa e na Rede de Bibliotecas Integradas do Exército, assim como nas revistas, jornais e artigos indexados nas bases de dados SAGE (<http://online.sagepub.com/search>), Jstor (<http://www.jstor.org/>), Science (<http://www.sciencedirect.com/>), Scielo (www.scielo.org), Google Scholar (<http://scholar.google.com/>) e Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Adicionalmente, foram consultados teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos, palestras e conferências.

Como estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas foi procedida a pesquisa empregando os seguintes descritores: medidas de confiança, agenda de paz e segurança regional, defesa da América do Sul, integração sul-americana, identidade de defesa, diplomacia militar brasileira, sempre respeitando as particularidades de cada base de dados.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

A técnica de **triangulação** será utilizada para a análise dos dados, visando o estabelecimento de diálogo entre os dados coletados, aproximando a teoria da realidade (TRIVIÑOS, 1987). Conforme Creswell (2014), na triangulação os pesquisadores se utilizam de múltiplas e diferentes fontes, métodos e teorias para fornecer evidências confirmadoras e, desta forma, gerar a validade e dar confiabilidade ao estudo. No trabalho em questão, buscou-se relacionar os dados extraídos das mais diversas fontes bibliográficas e documentais com os levantados por meio das fontes primárias, de modo a responder a problemática do estudo.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A aplicabilidade do método de pesquisa é limitada pela condição de “oficial do Exército” do pesquisador, que apesar de zelar pela imparcialidade pode ter argumentações favoráveis à hipótese de estudo, o que exige constante preocupação com a isenção no trabalho em questão.

Nesse sentido, Creswell (2014) observa que durante o processo de planejamento e projeto de um estudo qualitativo é necessário que os pesquisadores levem em consideração questões éticas que possam surgir ao longo do trabalho, devendo planejar como estas questões serão tratadas.

Um falso conceito bastante comum é que essas questões surgem apenas durante a coleta de dados. Elas surgem, no entanto, durante diversas fases do processo de pesquisa e estão em contínua expansão, à medida que os pesquisadores se tornam mais sensíveis às necessidades dos participantes, dos locais, das partes interessadas e dos editores da pesquisa (CRESWELL, 2014, p. 58).

Dessa forma, para que os resultados sejam apresentados de uma forma científica e confiável, foi realizada no transcurso da investigação a validação da pesquisa e sua confiabilidade por meio da triangulação, conforme já abordado.

3 AS AMEAÇAS EXISTENTES NA REGIÃO

Neste capítulo serão apresentados os problemas comuns que atingem a região sul-americana, bem como as ameaças externas já conhecidas e as projetadas em cenários prospectivos que podem colocar em risco a segurança regional.

Relatório técnico-científico da Universidade Católica de Brasília, a respeito das Megatendências para 2040, aponta que o aumento da demanda por alimentos, água e energia é uma tendência permanente até 2040, uma vez que as mudanças climáticas e o crescimento populacional levam à falta desses recursos. Destaca, ainda, que a escassez de água aumentará o reaproveitamento, mas também os conflitos por sua falta e que tudo isso levará a uma pressão crescente sobre a disponibilidade de terra, água e alimentos. (MARCIAL et al, 2021)

A PND, ao analisar o ambiente internacional, ressalta que nos últimos anos tem aumentado o espectro do conflito estratégico militar entre as grandes potências, reanimando a disputa pela hegemonia global. Observa que a expansão mundial das

atividades humanas tem acarretado a ampliação da demanda por recursos naturais, podendo impactar as relações entre nações. Destaca que não se pode negligenciar a intensificação de disputas por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de água doce, de alimentos, de recursos minerais, de biodiversidade e de energia. E alerta que essas questões “poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis quadros de conflito”. (BRASIL, 2020b, p. 17)

O documento ainda provoca inquietação ao afirmar que potências externas têm ampliado sua presença e influência na região.

(...) **a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos** lindeiros ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. **Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas.** No Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - Zopacas, percebe-se o **crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região.** (BRASIL, 2020b, p. 17 – grifo nosso)

Batista (2019) observa que além dos Estados Unidos da América (EUA) outros entes estatais têm aumentado sua presença na região, com destaque para a China, União Europeia (UE), Rússia e Índia.

De forma resumida, a China, com economia em ascensão, depende cada vez mais de commodities ligadas às questões alimentar e energética, tendo as economias sul-americanas forte participação na sua balança comercial. Os EUA e a UE são atores relevantes para a economia regional e possuem grande capacidade de influenciar as relações econômicas dos países sul-americanos junto a outras regiões do mundo, de maneira multilateral ou mesmo bilateral. O governo russo, por sua vez, observa a região como uma forma de contrabalancear a influência americana no campo geopolítico e de se beneficiar economicamente do comércio de grãos e carne provenientes do subcontinente. Por fim, o governo indiano analisa a região como uma importante área de investimento econômico, bem como fonte de commodities, em especial, alimentos. Além disso, a Índia identifica a América do Sul como um possível polo de produção de produtos manufaturados no futuro. (BATISTA, 2019)

O Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro, ao analisar os aspectos estruturais e conjunturais relevantes do contexto operacional

futuro, identifica um maior acirramento da competição geopolítica entre grandes potências, caracterizado pela busca de objetivos e interesses nacionais, o que tem gerado um ambiente mais instável no concerto das nações.

Assim sendo, é muito provável que tal quadro leve ao incremento de disputas geopolíticas contenciosas e a perspectivas econômicas globais pouco favoráveis, sendo certo que o acirramento da competitividade interestatal, no nível sistêmico, ditará o ritmo das principais temáticas associadas às r.i., até 2040. (BRASIL, 2023, p. 3-1)

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), por sua vez, observa que novos temas, que ultrapassam a visão tradicional de ameaças potenciais ou manifestas focadas somente em possíveis tensões ou crises entre Estados, passaram a influir no ambiente internacional do século XXI, com implicações para a Defesa. Cita o problema mundial das drogas e do tráfico internacional de armas, a necessidade de proteção da biodiversidade, a ocorrência de ataques cibernéticos, as possíveis tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, as pandemias, os ilícitos transnacionais, o terrorismo internacional e a pirataria. O documento ainda complementa que crises econômico-financeiras, sociais, energéticas e ambientais podem, também, trazer reflexos para a paz e a segurança internacional. (BRASIL, 2020a)

Herz (2010) já observava como problema de vulto a expansão das redes criminais internacionais na América do Sul, cada vez mais organizadas e eficientes, principalmente utilizadas para o tráfico de drogas e de armas, que alimenta relações baseadas na violência, na corrupção e ameaça à soberania da lei. Entretanto, essa questão, por mais estranho que pareça, é potencialmente um fator de coesão para a região, pois para a sua resolução se exige um contínuo processo de coordenação entre os países sul-americanos por meio de projetos cooperativos.

Neves e Ludwing (2022) constatam que apesar de todas as iniciativas tomadas por governos do subcontinente, em especial do Brasil, ainda há uma frágil concertação política internacional no âmbito regional, fundamental para o processo de construção de políticas mais assertivas do ponto de vista da prevenção, desenvolvimento de áreas vulneráveis envolvidas com a produção e comercialização de drogas, armas e contrabando, bem como a desarticulação das organizações criminosas com atuação continental, como é o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC).

França (2013) é ainda mais enfática, ao apontar que a região sul-americana está sujeita a todas as possíveis ameaças advindas de agentes estatais e não estatais

contra um Estado, sua sociedade e seus bens, exceção feita à guerra nuclear, devido ao Tratado de Tlatelolco (1967), por meio do qual houve a proscrição de armas nucleares na América Latina e Caribe.

A mesma autora ainda ressalta que tanto o Cone Sul quanto a Região Andina não apresentam um “muro de defesa” contra penetração externa, principalmente contra o caráter difuso que a ameaça apresenta. Ela ainda chama atenção para o fato de que a região pode transparecer externamente uma paz, mas que na verdade é relativa, pois no lugar da guerra surgem as ameaças assimétricas e um alto índice de violência interna em todo subcontinente, cuja intensidade varia de país para país. (FRANÇA, 2013, p. 151)

Assim, Avila (2013), destacou que as principais percepções de ameaças na América do Sul vêm de atores não estatais violentos², de crises de governabilidade, que acabam gerando certa instabilidade nacional, com potencial de atingir a vizinhança, e, ainda, de fatores de natureza global e transnacional, como o narcotráfico, o crime organizado, as guerrilhas e os movimentos insurgentes, o tráfico de armas, os crimes cibernéticos, possíveis ataques terroristas e as migrações irregulares. Quanto aos atores não estatais violentos, o pesquisador destacou que eles contrariavam a lógica de que apenas ao Estado caberia o monopólio da violência, no sentido de que somente os agentes do Estado poderiam portar armas e utilizar a violência física legítima.

Na atualidade, se observa grande instabilidade, crise de governança, incerteza e insegurança na crise político-econômica da Venezuela, que traz para o cenário regional algumas ameaças que até o momento encontravam-se sob um certo controle dos Estados, tais como: desmonte da democracia em um Estado membro regional, impacto econômico no MERCOSUL, aumento do fluxo migratório ilegal, incremento do crime organizado transnacional (COT), possibilidade de infiltração do terrorismo em sinergia com o COT entre outras. (BATISTA, 2019)

Nesse sentido, o manual de fundamentos do Exército Brasileiro destaca o incremento da organização da criminalidade transnacional, fruto do fortalecimento das suas estruturas locais, regionais e globais. Vincula-se ao aumento das debilidades

² Organizações criminosas, guerrilhas e grupos insurgentes, como é o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), milícias, grupos separatistas, grupos terroristas, dentre outros (AVILA, 2013)

institucionais dos Estados e ao enfraquecimento das estruturas legais de combate e controle do crime organizado transnacional.

(...) A instabilidade securitária instalada no arco noroeste da América do Sul concentra o principal foco de tensão no subcontinente. A interconexão entre grupos paramilitares, forças guerrilheiras insurgentes e a criminalidade organizada que comanda o narcotráfico contribui para a resiliente instabilidade instalada naquela região, agravada pelo tensionamento social associado à pobreza. A crescente associação desses grupos com organizações criminosas (ORCRIM) brasileiras indica um fator de risco adicional ao Brasil, potencializando o incremento da atuação da criminalidade organizada transnacional (COT) em território nacional. (BRASIL, 2023, p. 3-3)

Os problemas advindos do arco noroeste não são uma surpresa. Medeiros Filho (2014) já destacava que na América do Sul coexistem simultaneamente movimentos de integração e de fragmentação, podendo-se, de forma geral, dividir a região segundo dois grandes arcos: o da estabilidade e o da instabilidade (figura 1).

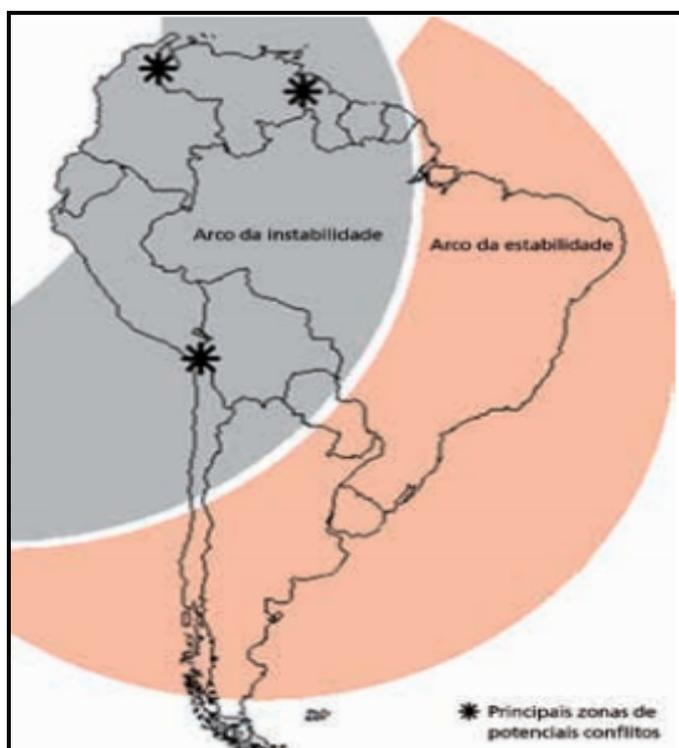


Figura 1 - Arcos da estabilidade e da instabilidade na América do Sul
Fonte: Medeiros Filho (2014)

Therezinha de Castro (1999) já postulava que a região do Caribe (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) era a parte do subcontinente sul-americano menos coesa e mais vulnerável, em vista do processo de colonização e pela presença da vasta área geopolítica neutra da Amazônia.

A região amazônica tem sido, há muitos anos, alvo de intromissões internacionais e ameaças externas. A Pan-Amazônia engloba a totalidade da Amazônia na América do Sul, corresponde a aproximadamente 40% da área continental sul-americana e detém em torno de 20% da disponibilidade mundial de água doce. Essa região abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. Importante ressaltar que cerca de 70% de extensão amazônica pertence ao território brasileiro.



Figura 2: Pan-Amazônia

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51317040>

A esse respeito, Silva Júnior (2021) observa que a região amazônica é indutora de conflitos. Segundo o autor, interesses mundiais nas florestas, na biodiversidade, no clima do mundo, no controle de emissões de CO₂ e na autonomia dos povos indígenas podem comprometer a exploração de recursos naturais, o agronegócio e a ocupação dos vazios demográficos. São intensas e contínuas as pressões, sejam por governos ou por organizações, a respeito da soberania sobre a Amazônia Verde.

Medeiros Filho (2020) destaca que recentemente alguns eventos contribuíram para esquentar o debate a respeito da região amazônica. O primeiro foi a publicação do artigo “*Who will invade Brazil to save the Amazon?*”, escrito por Stephen Walt, na revista *Foreign Policy*, em agosto de 2019. Na oportunidade, o autor apresentou um ensaio teórico sobre a pertinência de intervenção internacional para prevenir catástrofes ambientais usando como estudo de caso a Amazônia brasileira. A discussão central diz respeito à capacidade dos Estados se manterem independentes diante da pressão ambiental internacional. O autor concluiu que o Brasil, por não

possuir uma capacidade dissuasória crível, se tornaria vulnerável àquelas pressões (WALT, 2019 apud MEDEIROS FILHO, 2020).

Um outro evento se refere a inclusão do tema “queimadas na Amazônia” na reunião do G7, realizada entre os dias 24 e 26 de agosto de 2019, na França, onde o presidente da França, Emmanuel Macron, sugeriu a possibilidade de atribuição de um status internacional à Amazônia, caso algum Estado soberano tomasse decisões que se opusessem ao interesse de todo o Planeta. (MEDEIROS FILHO, 2020)

O risco de internacionalização da Amazônia tem se constituído, há décadas, no “carro-chefe” das ameaças externas. Não se admite compartilhamento na gestão, a não ser com os “condôminos”, conforme proposto no início dos anos 1980 pelo general Meira Mattos em “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”. A perspectiva “pan-amazônica” está na base da criação do Tratado de Cooperação Amazônica⁵, em 1978, unindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em torno de uma agenda comum para a região. (MEDEIROS FILHO, 2020)

Ainda a esse respeito, questões relacionadas às mudanças climáticas têm sido foco de discussões em fóruns internacionais e “bandeiras políticas” de muitos chefes de Estado, o que potencializa tensões geopolíticas. A governança brasileira sobre a temática tem feito parte da narrativa internacional, aumentando a pressão sobre o país, com possíveis tentativas de interferências diretas e indiretas, com o objetivo de desestabilizar a nação e comprometer a autonomia brasileira na gestão e conservação de seus recursos naturais. (BRASIL, 2023)

Do apresentado neste capítulo, conclui-se parcialmente que há interesses internacionais relevantes que rondam a região sul-americana, sobretudo sobre as suas riquezas minerais, energéticas e naturais, com destaque para a área amazônica e superfícies de terras produtivas. Observa-se, também, que o subcontinente possui problemas comuns a todos os países, como o crime organizado e o tráfico de drogas, que demandam soluções integradas de todos os vizinhos. Além disso, verifica-se que ainda há no subcontinente importantes focos de instabilidade, principalmente no arco noroeste da região, com capacidade de desestabilizar as nações lindeiras. Assim, o Brasil parece ser o maior interessado na segurança e estabilidade regional, pois a inexistência de conflitos e de ameaças permite que o país priorize o desenvolvimento interno e a resolução das disparidades sociais.

4 O INTERESSE BRASILEIRO NA INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS

Trabalhar para a paz e a amizade das nações vizinhas é um dos objetivos constantes da Política Externa Brasileira (PEB). Assim, a Constituição Federal nacional estabelece que o país buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. (BRASIL, 1988)

De acordo com Saraiva (2010), a importância da América do Sul para o fortalecimento da atuação brasileira como um importante ator global começou a ser notada a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), tendo sido emblemática a realização da Primeira Cúpula Sul-americana no ano 2000 em Brasília.

Velasco Júnior (2023) observa que, por muito tempo, o Brasil foi acusado pelos vizinhos de não dar prioridade para a região, tendo como primazia a busca por relações com as potências europeias ou com os Estados Unidos da América. No entanto, no final do século XX, o Brasil finalmente assumiu uma orientação latino-americanista, seja na busca por mecanismos de concertação política, seja na aposta pela integração regional. Nesse sentido, o autor pontua que o “foco da integração regional pensada pelo Brasil foi ao longo da década deslocando-se da tradicional ideia de América Latina para o entorno regional mais imediato do país: a América do Sul”. (Ibidem, p. 4)

Na mesma direção, Couto (2010) observa que o Brasil admite a América do Sul como componente regional da sua identidade internacional a partir dos anos 1990.

Desde a primeira metade da década de 1990, a América do Sul passa a se delinear como a principal referência regional da identidade internacional do Brasil. A América do Sul é a plataforma primeira a partir da qual o país se lança na arena internacional, tornando-se prioridade na agenda da política externa brasileira, principalmente a partir do início do século 21. De latino-americano, o Brasil redefine seu horizonte regional e a sul-americanidade passa a compor sua identidade internacional. (Couto, 2010, p. 23-24)

Nessa linha, Dabène (2012, p. 19, apud Velasco Júnior, 2023) destaca que:

As razões pelas quais no final dos anos 90 a diplomacia brasileira virou "sul-americana" tiveram a ver com a frustração em relação ao MERCOSUL, a vontade de construir uma coalizão para equilibrar a influência dos EUA nas negociações da ALCA e a ambição de afirmar uma liderança regional que pudesse ajudar o Brasil a se tornar um player global.

No caso específico do subcontinente sul-americano, Lafer (2004, p. 52) destaca que para o Brasil a América do Sul não é uma opção, mas sim a “circunstância do nosso eu diplomático”.

O mesmo autor ainda destaca que Rio Branco, além de consolidar as fronteiras brasileiras, já demonstrava à época interesse em contribuir para a união e amizade entre os países da América do Sul. Assim, em 1909, redigiu o projeto do tratado “de cordial inteligência e de arbitramento” entre Argentina, Brasil e Chile.

Lafer (2004, p. 54) observa que Rio Branco preconizava como a linha para a política externa brasileira o eixo da relativa igualdade entre os parceiros, alinhado com um conceito clássico de ação diplomática: “os países devem procurar fazer a melhor política de sua geografia”. O autor ainda complementa, que “convém fazer não apenas a melhor política, mas também a melhor economia de uma geografia”, no sentido de maior cooperação econômica entre os vizinhos.

Um clima pacífico na região é condição fundamental para favorecer o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, Lafer (2004) destaca as investidas bem-sucedidas da diplomacia brasileira para a manutenção da paz regional. Na década de 1930, o Brasil buscou soluções conciliatórias na questão de Letícia, que provocou contenda armada entre a Colômbia e o Peru, e na Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai. Na década de 1990, o país atuou como um dos garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, visando a resolução criativa do contencioso territorial entre o Equador e o Peru.

O autor ressalta:

(...) em função de sua geografia, de sua experiência histórica e da linha de continuidade de sua ação diplomática, o Brasil está à vontade e em casa com o componente sul-americano de sua identidade internacional, que é uma “força profunda”, de natureza positiva na sua política externa. O contexto da vizinhança, em contraste, por exemplo, com os da China, da Índia e da Rússia, - como o Brasil países de escala continental – é um contexto favorável para a organização do espaço da América do Sul. (Lafer, 2004, p. 62)

A eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, deu início à ascensão de diversos governos progressistas, de centro-esquerda ou esquerda, com a promessa de aprofundar as agendas sociais, com a adoção de políticas redistributivas e inclusivas e o enfrentamento da fome e da pobreza.

Para além de Chávez e Lula, tiveram destaque líderes progressistas como Lagos (2000) e Bachelet no Chile (2006 e 2014), Nestor Kirchner (2003) e Cristina Fernández (2007) na Argentina, Tabaré Vázquez (2005 e 2015) e

Pepe Mujica (2010) no Uruguai, Evo Morales (2006) na Bolívia e Rafael Correa (2007) no Equador. É bem verdade que não há uma orientação homogênea entre esses governos, com alguns pendendo muito mais à esquerda do espectro político e outros caracterizando-se mais como governos de centro-esquerda ou social-democratas. (VELASCO JÚNIOR, p.7)

O autor chama a atenção para que naquele período se consolidava na América do Sul um novo modelo de integração regional, conhecido como regionalismo pós-liberal.

Esse modelo defende que o regionalismo e a integração regional se definem como uma estratégia de apoio ao ideal nacionalista do Estado como incentivador do desenvolvimento. O regionalismo pós-liberal expressa uma nova ordem de prioridades e uma nova agenda, relacionada com os governos de esquerda que assumiram o poder em diversos países da região. Um exemplo característico dessa última onda é a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) – que mais tarde se transforma na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) –, entidade regional flexível e com uma agenda ampla e multidimensional, focada em promover bens para região, como infraestrutura, defesa e segurança, e também em ser um espaço de diálogo político. (ibidem, p. 9-10)

Segundo Simões (2011, p. 26), a UNASUL é a primeira proposta de integração sul-americana como conjunto, sem nenhuma interferência externa, quebrando o paradigma histórico de querer desenvolver-se “dando as costas para a própria região”, sendo essencialmente o fórum onde se buscava articular as relações de aproximação e integração entre os Estados da região nos mais diversos campos, como no da Defesa e Segurança. Sua criação foi a constatação de que vários problemas enfrentados pela região demandavam ação conjunta dos países membros.

O Tratado Constitutivo da UNASUL apontou campos prioritários que seriam considerados eixos estruturantes do processo de integração pretendido. Assim, criou Conselhos que pudessem dar direcionamento a esses eixos, como é o caso do CDS, uma iniciativa inovadora de cooperação militar na América do Sul, orientado para atender às necessidades de manutenção da paz, da estabilidade e de fomento da confiança recíproca, sendo capaz de atuar como foro para resolver eventuais divergências intrarregionais e de adotar medidas proativas para evitar conflitos e aumentar a integração dos Estados na esfera da defesa.

O CDS foi estruturado a partir de três objetivos gerais: consolidar a região como uma zona de paz; **construir uma identidade sul-americana em matéria de Defesa;** e **gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de Defesa.** (CDS, 2008)

Assim, a criação do CDS, ainda no começo do processo de integração regional deixou transparecer uma vontade política por parte dos líderes no sentido de cooperar em áreas de Defesa e Segurança, a fim de ser capaz de responder de forma rápida às ameaças percebidas contra os Estados membros, e para promover a paz e a estabilidade na região de forma geral (ARIAS; MAANEN, 2013).

Fuccile e Rezende (2013) observam que o Conselho apareceu como um importante espaço de concertação onde, a despeito das idiosincrasias regionais/ideológicas entre as sub-regiões, importantes avanços foram registrados, como o estabelecimento de medidas de confiança mútua, a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) e da Escola Sul-Americana de Defesa, a construção de uma metodologia comum de medição dos gastos em defesa e um importante intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, entre outros.

Por outro lado, Pagliari (2015), ao estudar o CDS no que diz respeito à adoção de medidas de fortalecimento da confiança, diagnosticou certas deficiências na organização. Inicialmente, ela constatou que a cooperação continuava se desenvolvendo prioritariamente por meio de relações bilaterais e não multilaterais, como era o esperado. Em segundo lugar, nem todos os países aderiram à Convenção interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, nem à apresentação de informes sobre os gastos de defesa. Em terceiro lugar, a autora observou que ainda perduravam alguns conflitos mal resolvidos que poderiam gerar tensões às relações regionais. Por fim, ela apontou que a postura brasileira em não atuar como principal articulador das políticas regionais pouco contribuiu para distensionar as relações e para uma maior aproximação dos países sul-americanos.

A UNASUL e, conseqüentemente, o CDS foram desmontados entre 2018 e 2019 com a saída de diversos membros que acusaram a organização de ter um viés esquerdista e substituída pelo Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul. (VELASCO JÚNIOR, 2023)

O PROSUL foi firmado por 8 países da América do Sul³, por meio da Declaração Presidencial para a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul. (JUNQUEIRA, 2019)

³ Além dos presidentes do Chile e da Colômbia, participaram também os presidentes de Argentina, Brasil, Equador, Guiana, Paraguai e Peru.

No dia 25 de setembro de 2019, os Ministros das Relações Exteriores dos 8 países se reuniram e emitiram a primeira declaração ministerial do Foro, por meio da qual foram adotadas as Diretrizes para o Funcionamento do PROSUL, que teria como objetivos:

- a) Fortalecer e priorizar o diálogo entre os Países Participantes para construir de maneira participativa um espaço de coordenação e cooperação que nos permita avançar progressivamente até uma maior integração e ação coordenada na América do Sul.
- b) Impulsionar o desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável dos Países Participantes, com vista a alcançar maior bem-estar, a superação da pobreza, uma maior igualdade de oportunidades, a inclusão social de seus habitantes, o acesso a uma educação de qualidade, a participação cidadã e o fortalecimento das liberdades e da democracia (PROSUR, 2019, diretriz nr. 4).

Para atingir tais objetivos, as cinco áreas temáticas prioritárias seriam Infraestrutura, Energia, Saúde, **Defesa e Segurança** e combate ao crime e Desastres. Na Defesa buscar-se-ia “fortalecer a cooperação em matéria de defesa” e na Segurança a colaboração entre os países para “fortalecer a luta contra a delinquência, o terrorismo e seu financiamento, a corrupção, o tráfico de drogas, o tráfico de armas, o crime organizado transnacional, tráfico de pessoas e os delitos cibernéticos”. (PROSUR, 2019)

Embora ainda esteja vigente, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, o PROSUL perdeu impulsão. Em abril de 2023, Lula promulgou o Tratado Constitutivo da UNASUL, colocando o país de volta ao grupo criado em maio de 2008 (VARDÉLIO, 2023a). Em recente reunião com líderes da região, o presidente defendeu o retorno da UNASUL como mecanismo de cooperação entre os países da América do Sul em áreas como saúde, mudança do clima, defesa, combate aos ilícitos transnacionais, infraestrutura e energia, entre outros. (VARDÉLIO, 2023b).

Ao final desta sessão fica claro que o Brasil, desde o Barão de Rio Branco, sempre dedicou especial atenção à América do Sul, ainda que entremeada por interesses governamentais ou ideológicos. Dessa forma, na atualidade, é possível que a UNASUL e o CDS, ou mesmo outra estrutura, sejam reanimados e que se foque, novamente, na criação de uma identidade de defesa sul-americana, procurando defender a região dos interesses externos, reforçar a estabilidade regional e buscar solução conjunta de problemas internos comuns.

5 A DIPLOMACIA DE DEFESA DO BRASIL PARA A AMÉRICA DO SUL

A Diplomacia de Defesa é uma ferramenta da Política Externa e se refere às atividades mantidas entre o setor de Defesa brasileiro e os análogos estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação. (BRASIL, 2020c)

A Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) conceitua a Diplomacia Militar como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do país. Ressalta que ela visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial. (BRASIL, 2020d)

O LBDN descreve a importância da interação entre a Defesa e a Diplomacia, uma vez que a coexistência de várias potências não é, por si só, suficiente para garantir que prevaleçam relações amistosas entre Estados e que predominem soluções negociadas de controvérsias, com o emprego preponderante de instrumentos não bélicos.

A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da soberania nacional, o que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece salvaguardas imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional. (BRASIL, 2020a, p. 15)

O documento, mais adiante, complementa, afirmando que:

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidas pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE). (BRASIL, 2020a, p. 36)

O presente capítulo tem por objetivo descrever as iniciativas brasileiras no campo da Defesa em relação ao seu entorno estratégico, à luz da PND, da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do LBDN.

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Apresenta os pressupostos básicos da nação em relação à sua defesa e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), enquanto a END orienta, por meio de estratégias, todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingir os objetivos estabelecidos.

O LBDN, por sua vez, permite aos vizinhos sul-americanos perceber com transparência o posicionamento brasileiro em matéria de defesa, ampliando os níveis de confiança prevalentes na América do Sul.

A PND, editada no ano de 2020, estabelece como **fundamento** que o entorno estratégico brasileiro é área de interesse prioritário do país, abrangendo a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. (BRASIL, 2020b)

Ao analisar o **ambiente internacional**, o mesmo documento enfatiza que no âmbito regional, a convergência de interesses contribui para o incremento da cooperação entre as nações do subcontinente, podendo promover a consolidação da confiança mútua e a consecução de projetos na área de defesa, que permitem o desenvolvimento industrial e tecnológico, além de estratégias para a solução de problemas que são comuns a toda a região. Entretanto, não desconsidera a possibilidade de tensão nesse entorno, o que o exigiria ações do Estado brasileiro.

Porém, sob o ponto de vista da Defesa, não se pode desconsiderar a possibilidade da ocorrência de tensões e crises no entorno estratégico, com possíveis desdobramentos para o Brasil, de modo que o País poderá ver-se motivado a contribuir para a solução de eventuais controvérsias ou mesmo para defender seus interesses. (BRASIL, 2020b, p. 17).

A PND ainda ressalta que o Brasil concebe sua Defesa Nacional respeitando os princípios previstos na Constituição Federal e, ainda, segundo alguns **pressupostos**, como “**IV.** buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação; **VIII.** (...) privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins”. Por fim, estabelece como Objetivo Nacional De Defesa⁴ “**VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais**”. (BRASIL, 2020b, p. 21 e 25)

Sabe-se que a atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre países e possibilita a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Assim, o diálogo e a cooperação com outros entes estatais são fundamentais para o êxito da Estratégia Nacional de Defesa, por serem poderosos instrumentos de prevenção e de resolução de conflitos.

⁴ Os OND devem ser entendidos como condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa.

Assim, a END, ao pautar a concepção estratégica de defesa, realça que a integração sul-americana traz uma série de vantagens para o país e para toda a região.

A integração regional contribui para a defesa do Brasil, fomenta a confiança e transparência entre as Forças Armadas dos países da região, e pode contribuir para o desenvolvimento das bases industriais de defesa dos países de maneira colaborativa, de modo a proporcionar um desenvolvimento mútuo das capacidades tecnológicas. (BRASIL, 2020c, p. 33)

Ao destacar a importância dada à defesa do Atlântico Sul e, conseqüentemente, da Amazônia Azul, o documento descreve que o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁵ - Fórum que tem como membros sul-americanos a Argentina, o Brasil e o Uruguai - contribuirá para a consolidação do país como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul. Reforça, ainda, que para a proteção dos recursos naturais ali existentes e para o incremento da segurança na área é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes, principalmente por meio de suas Marinhas. (BRASIL, 2020c)

Ao abordar a região amazônica, área de interesse geoestratégico para o país, dada a abundância em biodiversidade, recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, fica claro que para ampliar a segurança interna da área é “imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos”. (Ibidem, p. 33)

Sobre a Base Industrial de Defesa (BID) e o setor cibernético, fica claro que a busca por parcerias estratégicas com outros países deve ser uma prioridade, a fim de alcançar e consolidar a capacidade de desenvolver e gerar produtos de defesa e reduzir a dependência de importação de componentes críticos.

De acordo com Fuccille (2014), uma base industrial de defesa compartilhada na América do Sul proporcionaria economia de escala, sendo de interesse do Brasil. Para tanto, o país sustentaria sua estratégia de maximizar os ganhos ampliando as relações econômico-comerciais com os vizinhos sul-americanos, garantindo os melhores resultados tanto quantitativamente quanto qualitativamente à balança, tendo

⁵ Fórum criado por meio da Resolução 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), com o intuito de promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países sul-americanos e da costa ocidental da África que aderiram a tal projeto. (BRASIL, 2023b).

sempre em conta que dois terços das exportações de produtos de defesa brasileiros são para os países sul-americanos.

A seguir apresenta-se um quadro com os OND, Estratégias de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED) que estão diretamente relacionadas com o entorno estratégico do país, evidenciando a consistente diplomacia militar para a região.

OND	ED	AED
V - salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior	ED-2 fortalecimento da capacidade de dissuasão	AED-64 Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países.
	ED-12 emprego de ações diplomáticas relacionadas à Defesa	AED-67 Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países.
		AED-68 Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia.
VII - contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais	ED-15 promoção da integração regional	AED-76 Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.
		AED-77 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.
		AED-78 Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional.
	ED-16 promoção da cooperação internacional	AED-79 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.
		AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.
		AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

Quadro 1: OND, ED e AED relacionados com a Diplomacia de Defesa para a AS

Fonte: Brasil, 2020c (adaptado pelo autor)

Interessante notar que todas as Ações Estratégicas de Defesa são focadas na cooperação e no estreitamento das relações com o entorno estratégico, com destaque para a AED-76, que ressalta o interesse brasileiro em estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

O LBDN reforça que na região há “uma clara oportunidade de aprimoramento da cooperação no campo da defesa, por meio de instrumentos que promovam o desenvolvimento de um nível adequado de segurança regional na América do Sul, baseado na cooperação entre os países.” (BRASIL, 2020a, p.14 e 15)

Ao abordar a Defesa e os sistemas regionais, reafirma que a integração do subcontinente permanece como objetivo estratégico das políticas externa e de defesa do país, uma vez que as relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. Acrescenta que a crescente cooperação com as nações sul-americanas em temas de defesa concorrerá para evitar possíveis tensões ou crises entre os Estados da região. Assim, manter a estabilidade e a prosperidade regional contribui para a manutenção de um ambiente pacífico no entorno brasileiro e tem efeitos positivos sobre todos os vizinhos da América do Sul. (BRASIL, 2020a)

No LBDN ainda se verifica que as Forças Singulares têm realizado anualmente uma série de atividades de intercâmbio e cooperação com os países da América do Sul, orientando o esforço das relações internacionais no campo da Defesa nos níveis de capacitação, cooperação, adestramento e integração, de acordo com os interesses do Brasil em cada área temática de defesa. (BRASIL, 2020a)

Outro aspecto a ser considerado é a relevância da comunicação estratégica, a partir da Diplomacia Militar para com os países vizinhos, a fim de evitar o chamado “Dilema da Segurança”, capaz de provocar uma corrida armamentista na região ou abrindo possibilidades de alianças indesejáveis dos países do entorno estratégico com potências extrarregionais. (Brasil, 2023, p. 5-17).

A Figura 3 retrata as linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre, que aplicadas em conjunto podem moldar o ambiente de segurança no âmbito do entorno estratégico sul-americano, como a realização de operações e adestramento combinados.

(...) um emprego coordenado das linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre (Representação Diplomático-Militar, Cooperação Militar, Cooperação Técnico-Militar, Ação Colaborativa e Operações de Paz e Ajuda Humanitária), emprego esse alinhado a uma estratégia nacional, pode em muito contribuir para “formatar o ambiente estratégico”, no contexto de uma estratégia militar da ação indireta. (BRASIL, 2023, p. 5-18)

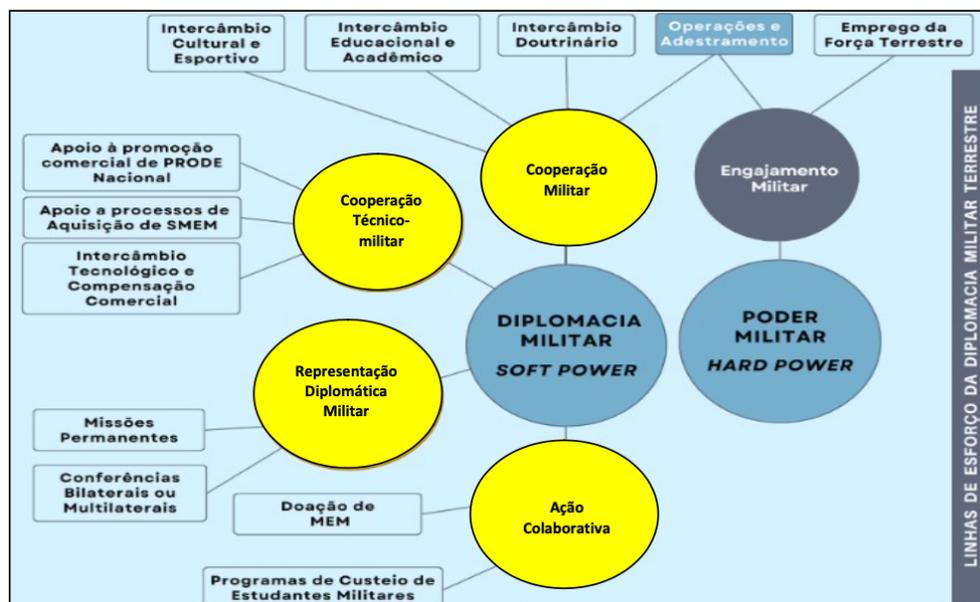


Figura 3 – Linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre
Fonte: Brasil (2023)

Desta forma, os principais documentos de defesa brasileiros, editados no ano de 2020, apontam que o país tem dado considerável atenção ao seu entorno estratégico, principalmente à América do Sul, ao Atlântico Sul e à Pan-Amazônia, buscando aumentar a confiança mútua, as oportunidades de cooperação, manter a estabilidade regional e o ambiente pacífico e reduzir ainda mais as possibilidades de conflito.

6 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE DEFESA SUL-AMERICANA

Ao tratar da construção de identidade regional, é importante abordar, ainda que de forma sucinta, o Complexo Regional de Segurança (CRS) e a comunidade de segurança.

O CRS pode ser entendido como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (BUZAN E WÆVER, 2003, p. 44). De acordo com esses autores, a América do Sul se enquadraria em um modelo de CRS padrão, pois não existe um país hegemônico, embora tenha estudos que enquadrem a região no modelo centrado, com o Brasil ao centro exercendo papel unipolar (FUCILLE e REZENDE, 2013).

Dentro do CRS Sul-Americano (CRS SA) foram identificados dois subcomplexos: o do Cone Sul, formado por Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia e o

do Norte-Andino, composto por Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana (BUZAN; WAEVER, 2003). Na visão dos autores, o Cone Sul estaria evoluindo para a condição de uma Comunidade de Segurança, enquanto o Norte-Andino estaria se afastado, em vista das disputas por fronteiras e as quebras de relações diplomáticas.

Como se observa, os complexos são diferentes de comunidade de segurança, que é algo mais ambicioso, pois segundo Deutsch et al (1957) apud Buzan e Hansen (2012), uma comunidade de segurança emergiria nas relações entre Estados de uma mesma região à medida que a guerra se tornasse inviável e impensável na solução de conflitos entre seus membros. Logo, a comunidade é algo mais profundo, pois exclui a possibilidade de conflitos entre os Estados, o que necessariamente não ocorre no CRS. Na comunidade os problemas existirão, mas serão resolvidos por outra forma que não a bélica.

Conforme já abordado, a América do Sul tem sido vista por estudiosos como uma das regiões mais pacíficas do mundo, justamente por estar fisicamente afastada dos problemas vividos no Oriente Médio e leste da Europa (HERZ, 2010), no entanto tem características bastante peculiares quando é analisada sob a ótica de suas sub-regiões. Medeiros Filho (2014) dividiu a região em cinco grandes porções sub-regionais - Amazônia, Cone Sul, Andes, Brasil e Guianas - e observou que a irregularidade espacial do processo de integração regional aponta para níveis de estabilidade/instabilidade espacialmente irregulares. Enquanto o Cone Sul apresenta considerável êxito, as porções Amazônia e Andes apresentam níveis de integração bem mais modestos.

De acordo com Senhoras (2011), na vertente do Oceano Atlântico – arco da estabilidade - coexistem forças de crescente integração, enquanto no lado do Oceano Pacífico – no arco da instabilidade – há uma série de zonas de potencial conflito militar, materializadas pelas fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia e a região do lago Maracaibo, entre Venezuela e Colômbia. Entretanto, na visão de Avila (2013), as relações interestatais entre os países sul-americanos são estáveis e apresentam baixo potencial de conflitualidade, bem o oposto do que vem acontecendo no contexto internacional, marcado pela turbulência política e militar.

Essa baixa propensão ao conflito entre os Estados sul-americanos, segundo Neri (2014, p. 9), “é um verdadeiro patrimônio regional. (...) A preservação deste patrimônio para as próximas gerações depende do desenvolvimento e aprimoramento de

mecanismos regionais de confiança, coordenação e integração”. Nessa mesma direção, Amorim (2011), ao destacar o valor estratégico da região, alerta que os países sul-americanos deverão estar prontos para dissuadir ameaças extrarregionais. Essa constatação é fundamental, uma vez que a história ensina que só dispõem de suas riquezas quem as pode defender (AMARAL, 2014).

De acordo com Abdul-Hak (2013), a perspectiva de construção de uma identidade de defesa sul-americana colaborou para uma maior reflexão a nível regional sobre temas estratégicos e militares e reforçou que a convergência doutrinária é a base de todo esse processo, devendo basear-se no pluralismo e no respeito à diversidade. Ainda que as diferenças e assimetrias sejam muitas, há características intrínsecas aos países que servem como elementos aglutinadores no início do processo de convergência.

Nesse sentido, a região Amazônica deve ser entendida como o local onde se aglutinam interesses regionais, uma vez que oito países compartilham os benefícios, desafios e problemas da Hiléia. Assim, naquela porção possivelmente seja o local onde o Brasil poderia, de forma mais assertiva, investir diplomaticamente em prol da integração, buscando fomentar a construção de uma identidade de defesa sul-americana, sendo o ponto de partida para o restante do subcontinente (MEIRA MATTOS, 2002).

Segundo o General Villas Boas, antigo comandante do Exército Brasileiro, diante da dificuldade de se desenvolver projetos coletivos na área de defesa na América do Sul, a Amazônia pode ser um ponto de partida, pois engloba uma base comum para desenvolver um pensamento único do ponto de vista da defesa, uma vez que as características de todas as “amazônias” são idênticas, os problemas são intrínsecos e as potencialidades são as mesmas (Villas Boas, 2015).

Na visão de Saint-Pierre e Silva (2013), a formação de uma identidade de defesa sul-americana compreende um caráter ontológico apoiado na intersubjetividade que caracteriza os Estados da região, como forma de superar os interesses nacionais e alcançar o interesse regional que reordenará a arquitetura estratégica de defesa da América do Sul. Dessa maneira, os sul-americanos poderão conjuntamente e cooperativamente defender a região, sua sociedade, suas riquezas culturais e naturais de eventuais cobiças estranhas à região, assim como aumentar a capacidade de decisão política regional, podendo dissuadir e, até mesmo, resistir soberanamente aos intentos extrarregionais.

Lafer (2004, p. 15) observa que o termo identidade “é carregado de problemas”, uma vez que há certa dificuldade em relacioná-lo com outros termos como diferença e igualdade. Entretanto, um bom ponto de partida da construção da identidade coletiva, segundo o autor, seria a ideia de um bem ou interesse comum que leva pessoas a afirmarem uma identidade por semelhança, lastreada numa visão compartilhada deste bem ou interesse comum (BOVERO, 1983 apud LAFER, 2004, p. 15)

De maneira geral, pode-se dizer que a aproximação das Forças Armadas dos países sul-americanos viabiliza a proximidade das próprias nações, estreitando os laços de relacionamentos internacionais.

A **promoção da integração regional**, segundo a END, envolve ações que visam à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito do subcontinente, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da região nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema. Ao passo que a **promoção da cooperação** se refere às atividades mantidas entre no setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação. (BRASIL, 2020c, p. 72)

Batista (2019, p. 69), ao analisar o entorno político-econômico da América do Sul nota que “as similaridades predominam sobre as diferenças entre as relações interestatais, agregada a situação de contiguidade territorial-nacional e fortalecida pela identidade regional-continental convergente.” O autor também aponta que existe um histórico de relações de vizinhança marcado por sucessivos estágios de cooperação, competição, rivalidades e conflitos, que possibilitam “colher fatos portadores de futuro” favoráveis ao fortalecimento da região frente a um mundo cada vez mais incerto.

Baseado nos desafios futuros prospectados pelo Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército, o Quadro 2 apresenta oportunidades para o país em relação à integração sul-americana em matéria de Defesa, frente às ameaças elencadas.

Evento	Ameaça	Oportunidade
Incremento da competição entre potências.	Incremento da presença militar de potências no entorno estratégico brasileiro.	Incremento da cooperação em defesa entre os países sul-americanos. Fortalecimento do intercâmbio diplomático-militar com outras nações do entorno estratégico brasileiro.
	Incremento de disputas por áreas de influência no entorno estratégico brasileiro.	
	Estabelecimento de dilema de segurança na América do Sul, com eventual corrida armamentista.	
	Eclosão de conflitos armados “por procuração” (<i>proxys wars</i>) no entorno estratégico brasileiro.	
Agravamento das tensões climáticas.	Incremento da demanda de atuação das FA em razão do aumento da ocorrência de tensões provocadas por pressão internacional acerca da governança da temática climática e ambiental no Brasil.	Incremento de cooperação interestatal na América do Sul tendo como pano de fundo a busca de soluções conjuntas para o enfrentamento de ameaças advindas das consequências das mudanças climáticas.
	Incremento de narrativas desfavoráveis aos interesses do Estado brasileiro.	
Aumento da polarização do ambiente político em diversas partes do mundo.	Políticação das FA, com comprometimento da operacionalidade e do efetivo cumprimento das suas missões constitucionais.	Fortalecimento da diplomacia militar visando a contribuir com o posicionamento do Estado brasileiro como promotor de um ambiente de paz no contexto regional sul-americano.
Agravamento da desigualdade entre países.	Potencialização do tensionamento social, destacadamente nos centros urbanos.	Fortalecimento da diplomacia militar visando a contribuir com o posicionamento do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento regional sul-americano.
	Aumento dos movimentos migratórios e dos deslocamentos forçados.	
	Incremento da competição por acesso a recursos naturais.	

Quadro 2 – Ameaças e Oportunidades para a América do Sul
Fonte: Brasil (2023) adaptado pelo autor.

O mesmo documento ainda destaca que as ações do Setor de Defesa⁶ contribuem para o objetivo da Diplomacia brasileira ao interagirem com as contrapartes de outros Estados, incrementando, assim, a confiança mútua e os laços de amizade. (BRASIL, 2023)

Acomodar regionalmente as questões envolvendo as pressões internacionais sobre a Amazônia, o narcotráfico, os crimes transnacionais e outras ameaças comuns aos Estados também é vital para as relações entre os países. Ou estes migram para coordenadamente enfrentar os desafios no campo da segurança e defesa, ou seguem no diapasão do equilíbrio westfaliano⁷ de poder. (SILVA JÚNIOR, 2021)

⁶ Constituído pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas.

⁷ O Tratado de Westfália, assinado em 1648 pelas principais potências europeias e seus aliados, tinha como objetivo dar fim a Guerra dos Trinta Anos, que assolava o território europeu. O seu legado refere-

Silva Júnior (2021) aponta que a América do Sul é um subcontinente com várias assimetrias, onde o Brasil talvez seja o único país em condições de liderar um processo de integração. Quaisquer conflitos na região ou no seu entorno estratégico serão impactantes para o país, inclusive com plausíveis possibilidades de envolvê-lo diretamente.

Ao contrário do que os desenvolvimentistas pensam, o seu papel político no mundo também se dará em decorrência da sua liderança no subcontinente, à maneira pela qual for construída e consolidada, e na exploração de sua vocação conciliadora em âmbito regional, sem mais espaço para omissões. É o único país que tem o potencial e a chave para isso: a sua dimensão territorial, a sua estabilidade institucional e, principalmente, as suas raízes históricas que o destacam dos demais como um ente diferente e totalmente dono de seu destino. (SILVA JÚNIOR, 2021, p. 76)

Nesse sentido, o autor destaca que a prioridade do país geralmente é a defesa ativa da estabilidade regional, assegurando que o respeito à democracia e a solução pacífica de controvérsias sejam características fundamentais do subcontinente. A América do Sul serve de escudo contra os desafios gerados pela globalização, não necessariamente procurando objetivos comuns para todos, mas melhorando as capacidades nacionais para enfrentá-los. A região ainda serve para o país como um possível “trampolim para o mundo”, ajudando-o a afirmar-se como um ator global. (VELASCO JÚNIOR, 2023, p. 10-11)

Na mesma direção, Bertonha (2010) afirma que o Brasil deve ser o centro do projeto de integração sul-americana, permitindo a formação de uma identidade de defesa regional, e que somente sob a liderança brasileira o projeto terá sucesso. No entanto, destaca que o país parece hesitar nos momentos de usar seu poder para influenciar no processo. O autor argumenta que a posição brasileira de procurar não impor forçosamente sua hegemonia na região, temendo reações de seus lindeiros, é entendível, porém acredita que essa postura pode também demonstrar fraqueza, o que não combina com um líder. Certamente a América do Sul não quer um líder fraco.

Velasco Júnior (2023) também concorda que o Brasil nunca alcançou verdadeiramente uma liderança na região, apesar de ser a grande potência sub-regional, reunindo maior capacidade material e agência do que qualquer vizinho latino-americano.

se a um sistema de relações internacionais e segurança baseado nos interesses dos Estados soberanos.

Assim, Fuccille e Rezende (2013) lembram que se o Brasil de fato quiser liderar a região, é vital que este desejo seja manifesto e que haja mobilização e, o que é mais importante, que esteja ciente de que isso tem um preço, ou seja, o país deverá partilhar poder e benefícios políticos e econômicos com seus vizinhos. Caso contrário, muitos perceberão a diplomacia do Brasil como dominadora e individualista (BRANDS, 2010). Logo, o preço não é barato.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo verificar o interesse do Estado brasileiro na construção de uma identidade de defesa sul-americana. Após estudo realizado, infere-se que o país possui reais intenções nessa direção, porém ainda com pouca efetividade.

Suas intenções se justificam, inicialmente, pelas **ameaças** que rondam a região sul-americana, como: o incremento da presença e da influência de potências externas no subcontinente, possivelmente interessadas na biodiversidade, nas riquezas naturais e minerais, sobretudo na Amazônia, e em terras produtivas; crescimento de ilícitos transnacionais; ampliação do crime organizado transnacional; fortalecimento das guerrilhas e de movimentos insurgentes; instabilidade e tensões no arco noroeste; dentre outras.

Muitas dessas ameaças somente serão combatidas por meio de ações integradas de todos os países envolvidos. Assim, para a proteção dos recursos naturais existentes na região e para o incremento da segurança na área é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes. Além disso, é evidente que um clima pacífico na região é condição fundamental para favorecer o desenvolvimento nacional.

Da análise dos documentos de defesa brasileiros, pode-se dizer que o Brasil possui estratégias que contribuem para a construção de uma identidade de defesa sul-americana, sendo enfatizado na PND, na END e no LBDN a importância da integração dos países na área de Defesa visando o aprimoramento da segurança regional, o reforço da confiança mútua, a resolução de problemas comuns a todas as nações do entorno, a estabilidade regional, o desenvolvimento de uma base industrial de defesa regional, a promoção de intercâmbios e cooperações e a eliminação de tensões e crises entre os Estados.

Duas Ações Estratégicas de Defesa materializam muito bem a intenção do país nessa direção: “**AED-76** Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa. **AED-77** Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.”

O Brasil também enxerga a integração da América do Sul como uma plataforma da qual o país pode se lançar com maior envergadura e representatividade na arena internacional, buscando defender seus interesses junto aos organismos internacionais.

Entretanto, observou-se que em nenhum dos dispositivos analisados há referência ao Brasil como **potência regional**. Nesse sentido, entende-se que ao país caberia aceitar-se como tal, ser mais enfático em suas diretrizes e ações em relação à América do Sul, buscar primeiramente afirmação e credibilidade regional e não internacional, pois essa talvez ocorra como consequência da execução da primeira. Como bem ressalta Bertonha (2010), um Estado que tem o objetivo de ocupar uma posição importante no cenário mundial não pode simplesmente se recusar a exercer o poder regional. Se o Brasil imaginar que exercer o seu poder na América do Sul é algo ruim, estará renunciando a essa possibilidade e comprometendo a credibilidade do país aos olhos dos países vizinhos e da comunidade internacional.

O país daria um importante passo ao assumir o papel de liderança regional que lhe cabe na área de defesa, atuando com iniciativa em projetos que abarquem as necessidades conjuntas da América do Sul, tornando a cooperação eficaz, sem o receio de que suas ações sejam interpretadas como hegemônicas ou imperialistas. Para isso, conforme Mallmann (2010), é importante que esteja consolidada a confiança mútua entre os Estados sul-americanos e que todos os países sintam os benefícios políticos e econômicos desta cooperação e de sua liderança.

Por fim, sugere-se direcionar os esforços de integração na área de defesa para os países amazônicos, de modo a coletiva e sinergicamente se preparar e fazer frente às ameaças, incertezas e desafios de toda a ordem que rondam aquela região. Não obstante, é importante ter em mente que todas as ameaças que afetam o subcontinente acabam gerando oportunidades de cooperação.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana P. **O Conselho de Defesa sul-americano (CDS):** Objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013, 280 p.

AMARAL, Roberto. Política de Defesa de um país emergente, in A. MONTEIRO; E. WINAND; L. GOLDONI (org.), **Defesa da Amazônia**, São Cristóvão, Editora VES: 2014

AMORIM, Celso. Uma visão brasileira do panorama estratégico global. **Contexto Internacional**. 2011, vol. 33, no. 2: 265–275.

ARIAS, Aimee K.; MAANEN, Guillermo K. Segurança na América do Sul: A UNASUL como Ator de Segurança Regional. In: GUEDES DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Cultura de Defesa Sul-Americana**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. p. 97–116.

AVILA, Carlos. F. D. O Legado de Westfália e suas Implicações no Estudo da Segurança Brasileira e Sul-Americana. In: GUEDES DE OLIVEIRA, Marcos A. (Org.). **Cultura de Defesa Sul-Americana**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. p. 37–67.

BATISTA, Roberto Furtado. **O Difícil Entorno Político-Econômico na América do Sul e os desafios para sua integração**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BERTONHA, João F. Brazil : an emerging military power ? The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21 st century, **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, no. 2: 107–124, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRASIL, Exército Brasileiro. **EB20-MF-07.101: Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações De Convergência 2040**. 1. ed. Brasília, DF, 2023.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. (2020a), Brasília, Ministério da Defesa.

_____. **Política Nacional de Defesa**. (2020b), in Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, Brasília, Ministério da Defesa.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa** (2020c), in Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, Brasília, Ministério da Defesa.

_____. **Portaria Nr 653**. Aprova a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI (EB10- D-01.006). Brasília, 6 de julho de 2020 (2020d).

_____. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Brasília, 19 Jan 2023 (2023b) . Acesso em: 02 Abr 2023

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers - The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo, UNESP: 2012.

CDS/UNASUR. **Estatuto para el Consejo de Defensa Suramericano**. Brasília, 2008.

COUTO, Leandro F. Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Car-doso e Lula. **Civitas**, Porto Alegre v. 10 n. 1 jan-abr, 2010.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DE CASTRO, T. América do Sul: Vocação Geopolítica. **A Defesa Nacional**, v. 85, n. 783, 1º Quad, 1999. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5721/4952>. Acesso em: 10 Jun 23.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Tereza C. N. Estabelecendo Padrões de Segurança Regional: O Desafio da Convergência entre o Cone Sul e a Região Andina. In: GUEDES DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Cultura de Defesa Sul-Americana**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. p. 141–161.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul : Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, p. 77–104, 2013.

FUCCILLE, Alexandre. Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): Balanço e Perspectivas. **Política Internacional** (Anais), Brasília, ABCP: 2014. Disponível em: http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403664066_ARQUIVO_FullPaperABCP_AlexandreFuccille_.pdf. Acesso em 03 fev. 23.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERZ, Mônica. Segurança Internacional na América do Sul, in N. JOBIM; S. ETCHEGOYEN; J. ALSINA (org.), **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**, Rio de Janeiro, FGV: 2010.

JUNQUEIRA, Caio. Afinal, o que é e como entender o PROSUL? **Observatório Regionalismo**, 27 maio 2019. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/artigos/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>. Acesso em: 19 dez. 19.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Breve Panorama de Segurança na América do Sul, in M. NASSER; R. MORAES (org.), **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**, Brasília, IPEA: 2014.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão**: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. 2010. 240f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS FILHO, O. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 14, n. 49, p. 77-97, 21 jan. 2020.

MARCIAL, Elaine C. (coord.); PIO, Marcello; LEAL, Rodrigo M. Françoço. Marcos A. S. **Megatendências mundiais 2040: resultados preliminares da pesquisa**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/>.

MEIRA MATTOS, Carlos. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército: 2002.

NERI, Marcelo C. Apresentação, in M. NASSER; R. MORAES (org.), **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**, Brasília, IPEA: 2014.

NEVES, A. J. DAS; LUDWIG, F. J. A expansão das organizações criminosas nas fronteiras da América do Sul e as iniciativas do Estado brasileiro. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 1-24, 23 dez. 2021.

PAGLIARI, Graciela de C. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. **Carta Internacional**, v. 10, edição especial, p. 23-40, 2015.

PROSUR (Foro para o Progresso e Integração da América do Sul). **Declaración de los Ministros de Relaciones Exteriores de PROSUR**. Nova Iorque, 25 Set. 2019.

SAINT-PIERRE, Héctor; SILVA, Diego. L. A Torre de Babel Sul-Americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em defesa, in C. DO CARMO (org.), **Relações Internacionais: Olhares cruzados**, Brasília, FUNAG: 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan-jun. 2010.

SENHORAS, Elói M. A Regionalização da Segurança na América Latina, **Meridiano 47**, vol. 11, no. 117: 12–14, 2011.

SILVA JÚNIOR, A. F. Os potenciais novos conflitos na América do Sul impactantes para o Brasil. **A Defesa Nacional**, n. 843, 13 jan. 2021. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6884/5950>. Acesso em: 11 Jun 23.

SIMÕES, A. J. F. **Integração: Sonho e Realidade na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2011. 116p

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDÉLIO. Andreia. Brasil formaliza retorno à Unasul. **Agência Brasil**, 07 Abr 2023a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-04/brasil-formaliza-retorno-unasul>. Acesso em: 14 Jun 23.

VERDÉLIO. Andreia. Lula defende reforma da Unasul como mecanismo de cooperação. **Agência Brasil**, 30 Maio 2023b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-defende-reforma-da-unasul-como-mecanismo-de-cooperacao>. Acesso em: 14 Jun 23.

VELASCO JÚNIOR. Paulo. A América Latina no Século XXI - as idas e vindas de uma região à deriva. In: **Estudo Geopolítico de Área Estratégica: América do Sul, Antártica e Entorno Estratégico do Brasil**. Apostila de apoio para o MBA em Política e Estratégia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. FGV: Mar 2023.

VILLAS BÔAS, Eduardo. **Palestra na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2015.